

A problemática da infertilidade em culturas africanas e as implicações para o cuidado pastoral

The problem of infertility in african cultures and the implications for pastoral care

Mariluce Emerim de Melo August*
Marcio Luiz Fernandes**

Resumo

A infertilidade humana como abordada nesse estudo é um problema recorrente em culturas africanas, demandando práticas adequadas de cuidado pastoral das ações missionárias presentes nesses países. Este estudo empírico de abordagem fenomenológica seguiu a análise realizada para uma tese de doutorado e retornou às falas dos participantes. O objetivo geral foi aprofundar a compreensão das implicações sociais e psicológicas na problemática da infertilidade em culturas africanas e as devidas implicações do cuidado pastoral. A pesquisa considerou dados de 45 entrevistas gravadas em 2016 e 2017 com nativos e nativas de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, e com missionárias brasileiras (batistas, assembleianas, presbiterianas e outras) atuantes nesses países enquanto solteiras. Ficou evidente que a infertilidade em países africanos redundava em práticas discriminatórias punitivas com pessoas inférteis, especialmente com mulheres. Aspectos como a autoestima, dignidade, significado de vida e relevância para a sociedade emergem dos dados de pesquisa. Constatou-se que pressões semelhantes também acontecem em contexto brasileiro, levando as pessoas a buscarem tratamento especializado para fertilidade. A problemática da infertilidade acarreta sofrimento para mulheres inférteis, demandando práticas para melhorar a qualidade de vida e significado. Portanto, a psicoterapia profissional e o cuidado pastoral se apresentam relevantes para as questões existenciais das pessoas inférteis.

Palavras-chave: Infertilidade. Culturas africanas. Teologia. Missões. Cuidado pastoral.

Abstract

Human infertility as approach in this study is a recurring problem in African cultures, requiring adequate pastoral care of the missionary actions present in these countries. This empirical study with a phenomenological approach followed the analysis carried out for a doctoral thesis and returned to the participants' speeches. The general objective is to deepen the understanding of the social and psychological implications of problem of infertility in African cultures and the due implications of pastoral care. The survey considered data from 45 interviews recorded in 2016 and 2017 with natives of Angola, Guinea-Bissau and Mozambique, and with Brazilian female missionaries (Baptists, Assemblies, Presbyterians and others) working in these countries while single. It was evident that infertility in African countries results in discriminatory punitive practices with infertile people, especially women. Aspects such as self-esteem, dignity, meaning of life and relevance to society emerge from the research data. It was found that similar pressures also occur in the Brazilian context, leading people to seek specialized fertility treatment. The problem of infertility causes suffering for infertile women, demanding practices to improve the quality of life and meaning. Therefore, professional psychotherapy and pastoral care are relevant to the existential issues of infertile people.

Keywords: Infertility. African cultures. Theology. Missions. Pastoral care.

Artigo submetido em 10 de maio de 2021 e aprovado em 23 de junho de 2024.

* Doutora em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2018). Mestre em Teologia pela PUCPR (2012). Professora na Faculdade Fidelis em Curitiba. País de origem: Brasil. E-mail: marilucearq@gmail.com.

** Doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo. Mestre em Teologia Fundamental pela Pontifícia Universidade Lateranense. Professor Adjunto do Programa de pós-graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. País de origem: Brasil. E-mail: marcio.luiz@pucpr.br.

Introdução

A pressão social à procriação pune a infertilidade humana, pelo valor econômico, social e espiritual da fertilidade como um imperativo para africanos e africanas. Nesse sentido, a poligamia comumente praticada nas culturas estudadas de colonização portuguesa (Moçambique, Angola, Guiné-Bissau), segue o pensamento: “quanto mais esposas, mais filhos, mais bênção, mais riqueza”, conforme August (2018, p. 5), sobre a análise fenomenológica de pesquisa de campo realizada em 2016 e 2017 com vistas ao desenvolvimento de tese de doutorado em teologia. Assim, entre essas culturas não há limite de esposas, nem de número de filhos. E as meninas são consideradas aptas à maternidade logo que entram no período fértil. No estudo ficou evidenciado o objetivo pré-estabelecido e obrigatório da procriação no casamento para garantia de mão de obra e continuidade do clã. Isso se aplica às comunidades étnicas africanas. E todas as exceções à regra são desestimuladas (August, 2018, p. 84). A pesquisa de campo foi realizada através de entrevistas por videochamada ou in loco, nos lugares onde se encontravam (escolas, igrejas, casas, bases de missões). Contou com a colaboração de 25 missionárias evangélicas e 20 pessoas nativas também evangélicas. As falas das pessoas nativas fazem sentido em seu contexto por terem a experiência das práticas étnicas e também das práticas cristãs relativas aos temas estudados.

Quando se menciona, nesse estudo, as culturas africanas estudadas, está-se referindo às culturas das diversas etnias, com seus costumes próprios presentes ainda em cada uma das sociedades dos três países colonizados pelos portugueses. Os próprios entrevistados fazem questão de destacar sua distinção étnica, a qual consideram um lugar importante em suas falas e de valores que ainda preservam, mesmo tendo sido cristianizados, primeiro por católicos e depois por evangélicos. Mesmo não tendo sido feita uma análise levando em conta as etnias dos respondentes, mas sim o que se pratica em tal etnia na experiência da pessoa entrevistada, optou-se de manter a indicação da etnia do respondente, por ser esta relevante para o próprio entrevistado.

Os aspectos culturais africanos nesse estudo foram evidenciados a partir das categorias destacadas de entrevistas semiestruturadas gravadas com 25

missionárias evangélicas brasileiras, atuantes por mais de três anos em Angola, Guiné-Bissau ou Moçambique, enquanto solteiras, e com 20 pessoas nativas cristãs desses três países de colonização portuguesa. A análise fenomenológica das entrevistas adotou a sistemática proposta por Creswell (2014) a partir de Husserl (1975) e Moustakas (1994). Seguindo os passos de análise (a descrição textual e a estrutural), chega-se ao objetivo da fenomenologia: produzir uma breve descrição dos significados que tipifiquem as experiências. Aponta-se para o significado comum e central de um fenômeno para vários indivíduos (Creswell, 2014, p. 220). Para isso, foram contempladas as declarações relevantes, os seus significados, os temas principais encontrados e a descrição do fenômeno. A análise dos dados contou com recursos tecnológicos do programa de computador ATLAS.ti. Os destaques significativos das falas dos entrevistados foram codificados de forma que o código N1 representa o nativo ou nativa 1. O código Ms1 representa a missionária 1, e assim sucessivamente.

O pressuposto filosófico na fenomenologia prioriza a percepção da pessoa com relação ao fenômeno experienciado, deixando-se entre parênteses, num primeiro momento, todo conhecimento pré-concebido do pesquisador. Assim, a escuta atenta se torna fundamental no primeiro momento. Nessa compreensão da essência do “mundo da vida”, um termo utilizado por Husserl, nas culturas africanas estudadas (Angola, Guiné-Bissau e Moçambique), destacaram-se o valor do “casamento, da procriação, do papel do homem e da mulher, do tabu da solteirice, e das questões de gênero” (August, 2018). Em análise posterior para este estudo foram aprofundadas as questões da problemática da infertilidade nessas culturas, especialmente para a mulher. Para Cezne (2009, p. 74), a situação de maternidade e de não maternidade demanda uma análise complexa que envolva, além dos aspectos psicológicos, também os aspectos sociais e culturais.

O presente estudo retornou às falas dos participantes da pesquisa, tendo como objetivo geral aprofundar a compreensão da pergunta de pesquisa: Quais são as implicações sociais e psicológicas na problemática da infertilidade em culturas africanas e as conseqüentes aplicações para as ações teológicas de cuidado pastoral? Nesse percurso, o estudo foi organizado em tópicos temáticos,

de acordo com categorias encontradas na análise das entrevistas. Cada um dos tópicos é composto pelos seus resultados específicos à *priori*, privilegiando-se inicialmente a escuta atenta à fala dos sujeitos, seguidos pelas discussões com o referencial teórico como pressupõe a fenomenologia. Com isso, o relatório do estudo foi estruturado da seguinte forma: A representação social da mulher; A representação social da fertilidade humana; A problemática da infertilidade humana; A representação psicológica da mulher infértil; e Implicações e aplicações para a teologia.

1 A representação social da mulher

A problemática da infertilidade humana em culturas africanas afeta diretamente as mulheres. Nesse sentido, seu papel social na cultura precisa ser compreendido. Os dados das entrevistas apontaram algumas representações para a mulher africana: “submissa; a que obedece; não fala nada; sem autoridade; não tem direito; segundo plano; explorada; responsável pelo trabalho pesado; disponível; dar filhos”.

Segundo as mulheres moçambicanas entrevistadas, são poucos os homens cavalheiros que cuidam bem de suas esposas e as respeitam. “Eles são mais autoridade. Em casa, a mulher é submissa. [...] não tem palavra. Ela não pode dar ordens” (N16, moçambicana). Já, uma moçambicana (N20) em sua entrevista, não se preocupa com a forma autoritária dos homens e sim à sua tendência à infidelidade conjugal, considerada por ela, um comportamento aprendido na modernidade. Ele “sempre vai à caça. Essa é uma das características do homem africano. Mas, a mulher não pode negar [...]. Ela já está lá disponível para isso. Recusa [da sexualidade] praticamente não existe”.

Para a entrevistada Ms24, o moçambicano não hesita em “chambaquear”, ou seja, bater na mulher. Fica evidenciado na forma de se relacionar, o poder do homem sobre a mulher, em ser ela controlada através de agressão física. O comportamento machista dos homens também é percebido nas declarações: O homem “é aquele que manda e diz” (Ms24, Moçambique) e “no seu jeito de serem mandões” (Ms4, Angola). A autoridade masculina se evidencia em declarações como: “o homem manda e mesmo que ele seja mais novo, você obedece”. Eles

tentam fazer a mulher mudar de opinião. “[...]você não quer fazer uma coisa e você diz não. O homem [...] não aceita. Não? Mas porque não? Você não pode, não pode, não pode” (Ms7, Guiné-Bissau). Ou seja, não é dado à mulher o direito de recusar a determinação de um homem ou mesmo expressar vontade própria. Vale considerar que o ponto de vista das missionárias brasileiras entrevistadas, em todos os temas abordados neste estudo, sofre influência de costumes brasileiros. Especialmente neste quesito da violência doméstica, independentemente da denominação religiosa, as missionárias respondem com base no combate no contexto brasileiro a essas práticas de silenciamento. O mesmo ponto de vista é também percebido pela maioria dos nativos entrevistados. O fato de serem eles adeptos de religiões cristãs pode explicar o posicionamento semelhante. Vale reconhecer que existem implicações culturais a serem exploradas a respeito da sujeição da mulher em contexto africano.

Segundo o guineense N9 de etnia *Bijagós*, “mulher não fala nada. Mulher não tem direito”, deixando explícita a voz que se submete e se cala. Além disso, o valor da mulher está associado com a procriação, ou seja, “tem o valor de dar filhos [...] para ser reconhecida como mulher” (Ms18, Moçambique).

A própria mulher assimila esses valores culturais ensinados, aceita e ensina a aceitarem, no papel de educadora dos filhos e instrutora nos rituais de iniciação. Ela passou por isso e não hesita em garantir que as pessoas mais novas também passem. Assim, se perpetuam as práticas culturais sem questionamento, mas por hábito (August, 2018, p. 92).

Nesse sentido, os comportamentos machistas são aprendidos e replicados até pelas próprias mulheres. A posição do homem e da mulher em culturas africanas pode ser exemplificada pela figura um, a seguir.

Figura 1 - Painel de madeira entalhada de Moçambique.



Fonte: Adquirido no centro de artesanato de Nampula-MZ pela autora em 2016.

No referido painel, o homem se destaca pela posição superior, imponente sob o qual se encontra a mulher trabalhando com o pilão, ao mesmo tempo em que carrega a criança pequena. A mulher abaixo do homem e em escala pelo menos dez vezes menor pode exemplificar uma posição social inferiorizada com relação a ele. A criação do artista sugere interpretar aquilo que as falas das próprias pessoas nativas e das missionárias indicam da posição da mulher em sociedades africanas, considerando que as opiniões de ambas são de pessoas cristianizadas.

Certos detalhes morfológicos dos objetos, como a posição, o tamanho, a distribuição de cores, entre outros, são características diferenciais do estilo com que cada sociedade representa uma forma e um tema. Mas existe uma série de características culturais comuns entre os povos da África e de diversas sociedades de outros continentes que permeiam suas artes tradicionais de uma forma singular: seus sistemas de pensamento e de crenças (Salum, 2005).

Além disso, a fala de um participante moçambicano da etnia *Chuambo* demonstra sua consciência da exploração demasiada do trabalho da mulher e concorda com a necessidade de mudança dessa condição considerada por ele negativa.

Às vezes você vê uma família, o pai, a esposa e filhos vão plantar uma machamba que é a roça. A mãe está com o filho no colo, às vezes tem outro filho no pescoço, e ainda mais um filho na barriga. Ela carrega a enxada dela e a enxada do esposo e [...] uma pequena colheita [...]. Ele vai à frente a escutar rádio e ela está a vir atrás, toda ela pesada. Então são estas questões que eu vejo como algo negativo (N12, moçambicano).

Outro relato expõe a rotina da maioria das mulheres africanas, suas obrigações e sujeições.

[...] mulheres. Elas já acordaram, já fizeram o mata bicho [café da manhã], e elas não estão com pouco peso [carregando]. É muito peso [...]. E a gente vendo, olha lá, tem um homem ao lado daquela mulher. Ela está com uma bolsa pesada, está com um menino do lado, com uma trouxa na cabeça e um bebê nas costas. Mas, o homem é incapaz de pegar a bolsa. Incapaz, não pega (Ms4, Angola).

A figura dois, a seguir, mostra uma cena típica das culturas africanas na atualidade.

Figura 2 - Mulheres em Luanda, centro, Angola.



Fonte: Cena fotografada pela autora em 2016.

De fato, ainda é comum perceber em países como Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, mesmo nas capitais, centenas de mulheres transportando sobre a cabeça, a carga a ser comercializada. Seus filhos pequenos são carregados atrás, junto ao corpo. Essas cenas também são típicas ao longo das estradas que ligam as aldeias umas às outras e é vista como cartão postal da cultura africana. Sobre a cabeça de mulheres e de crianças estão grandes baldes com água, bacias com

roupas, frutas, pães, grandes feixes de lenha. Ao lado delas estão homens jovens ou mais velhos, sem levar algo sequer. Alguns estão com bicicleta, mas elas estão sempre a pé. Se os homens transportam alguma coisa é com motocicleta.

Para Lévy-Bruhl (2008, p. 316) transparece o caráter místico na divisão desigual do trabalho agrícola, por exemplo, ao crerem que “apenas o trabalho das mulheres torna fecundos os campos”. E pelo temor da fome as próprias mulheres se sujeitam. Nas concepções místicas, segundo Eliade (1992, p. 117), a vida das plantas é influenciada pela “fecundidade espontânea da mulher e seus poderes mágico-religiosos ocultos.” Assim, o comportamento machista é reforçado pelas crenças místicas nessas culturas. Além disso, as diferentes funções do homem e da mulher e as expectativas dos demais formam as obrigações que os participantes de um grupo devem cumprir (Käser, 2004, p. 89). Entretanto, a desigualdade de gênero, evidente na pesquisa de August (2018), mesmo sendo um aspecto cultural, por acarretar sofrimento às mulheres necessita de reorientação em novas formas de relacionamento.

Del Prette e Del Prette (2014, p. 73) ao discorrerem sobre as habilidades sociais assertivas de enfrentamento na psicologia das relações interpessoais, se respaldam no artigo 19º da Declaração Universal dos Direitos Humanos sobre a liberdade de opinião e de expressão a que todas as pessoas têm direito. Algumas habilidades sociais saudáveis a serem desenvolvidas pelas pessoas, segundo August (2018), são: manifestar opinião, concordar, discordar; Fazer, aceitar, recusar pedidos.

Nesse sentido, o silenciamento compulsório da mulher africana, o qual fere os direitos humanos e valores bíblico-cristãos, decorre de sua situação inferiorizada pela exploração econômica respaldada por crenças espirituais, da sujeição à custa de medo e agressão física. Diante dessa realidade, o papel do cuidado pastoral pautado em premissas bíblicas de amar ao próximo como a si mesmo (Mt 22.39) equivale sobretudo a garantir o direito de livre escolha das pessoas e agir onde há desejo delas e espaço para isso.

Contudo, Abu-Lughod (2012, p. 464) lembra da necessidade de se estar atento às diferenças, de respeitar outros caminhos que levem à mudança social e

que possam trazer às mulheres vidas melhores. Há o questionamento se a liberação feminina realmente é um objetivo pelo qual todas as mulheres ou o povo se esforcem. Emancipação, igualdade e direitos são parte de uma linguagem universal que todos devem usar? “Em outras palavras, poderiam outros desejos ser mais significativos para diferentes grupos de pessoas?”

Enfim, deve ser compreendida a representação social da mulher em culturas africanas antes de se propor novas práticas que afirmem todas as pessoas e as respeitem em seus direitos segundo pontos de vistas unilaterais e respeitando-se a livre escolha das pessoas.

2 A representação social da fertilidade humana

F Em culturas africanas, frequentemente as pessoas se casam para atender uma exigência social. No entanto, o casamento não é suficiente, pois a procriação se interpõe como objetivo principal dessa relação marital para fazer sentido nessas culturas. A concepção valida o casamento. Ou seja, o pai ou a mãe não tem valor por sua singularidade, enquanto ser autônomo, como se preconiza, por exemplo, em culturas ocidentais, mas por cumprir as exigências do grupo social. A maternidade é um papel social importante pelo significado da prole ao povo africano, se não o mais importante. Foram destacadas das entrevistas as representações para filhos: “riqueza; espelho do amanhã; algo forte para a cultura; mão de obra; cuidado dos pais na velhice; obrigação; continuidade do clã; sentido da existência; extenso alcance individual e social; significado; valor; bênção”.

São vários os aspectos envolvidos na questão da fertilidade dos quais se destacam as crenças espirituais a permearem os demais, como a sobrevivência, a continuidade, a unidade do grupo. A moçambicana N20 conta da pressão sofrida para ter filhos mesmo solteira pelo fato de ser considerado riqueza. “Isso é muito forte mesmo. Você não é muito aceita sem filhos”.

Um nativo de etnia *Tchoque* reforça a ideia da crença em uma bênção geracional de Deus com a procriação. Assim, as pessoas desconfiam existir alguma coisa errada com o casal quando demora a ter filhos. Ninguém tem

coragem de falar em planejamento familiar, mesmo se pensar nessa possibilidade. Pois, “existe uma crença na cabeça das pessoas que isso é impensável” (N4, angolano). “Quanto mais filhos, mais bênção” (N10), diz a guineense de etnia *Pepel*. A procriação na etnia *Macongo* dá status ao homem e à mulher, sendo que a impossibilidade de ter filhos está sujeita a consequências na comunidade, no entender angolano N7. Várias etnias africanas reforçam a urgência e obrigatoriedade da procriação.

No sentido da procriação para continuidade do clã, o guineense N9, fala da importância de garantir a descendência para poder “morrer em paz” *em sua etnia Bijagós*. Essa pressão emocional é incorrida aos filhos e netos. Cumpre-se assim a razão de existir, ideia tal como aparece em outras falas. Em Angola e Moçambique também há essa exigência. Nativos entrevistados afirmam ser comum fazer um ritual de passagem na adolescência para reafirmar esses valores. Tanto mulheres quanto homens sem filhos não têm os privilégios de pessoas adultas (valorização e respeito). No entanto, é melhor para a mulher não se casar do que casar e não ter filhos, pois será severamente cobrada na etnia *Ubundo* (N4, angolano). “Em África, casar é fazer filho”. Casal sem filhos não é um padrão africano pois, “mais filhos, [...] mais ajuda. Poucos filhos, pouca ajuda [risos] [...] Também vai notando que africano tem mais filhos” diz um homem da etnia *Bacongo* (N3, angolano).

As pessoas fazem sentido na sociedade se gerarem filhos. E sendo os filhos idealizados e desejados por todos os casais africanos, o que acontece com a chegada deles? A figura três, a seguir, ilustra o trunfo de mais um filho. Ajoelhada em atitude de reverência, a mulher eleva um bebê em gratidão, mesmo que já tenha um nas suas costas, porque filhos significa bênção em culturas africanas.

Figura 3 - Mãe africana elevando a criança.



Fonte: Escultura adquirida pela autora no centro de artesanato em Luanda, Angola, 2016.

A escultura retratada representa a vitória do dever cumprido. No entanto, as mães frequentemente se veem na incumbência de sustentar seus filhos porque é comum os homens se eximirem desta responsabilidade. A guineense N10, afirma que um homem com duas esposas, na etnia Pepel, por exemplo, não tem preocupação, pois cada uma vai sustentar seus filhos. Em Moçambique, também é percebido isso. O que parece contraditório é que as crianças são desejadas, mas aparentemente não são acolhidas com demonstração de afeto, cuidado e valorização, sob a ótica de missionárias brasileiras entrevistadas, quando afirmam: “Não se vê um gesto sequer de afeto, [...] a mulher é obrigada a ter filhos, mas não cuida [deles]” (Ms21, Moçambique). “São poucas as que se importam com os filhos, [...] e esses são carentes [de afeto]”, diz Ms13 (Moçambique). “[...] é muito difícil ver falar com carinho com as crianças, valorizar as crianças” (Ms16, Moçambique).

A prática requerida é ter filhos para se obter a valorização como mulher e aumentar o potencial econômico da família. Na figura quatro a seguir, as crianças representam força de trabalho.

Figura 4 – Escultura reproduzindo o trabalho infantil em Moçambique.



Fonte: Obra adquirida pela autora em Moçambique, 2016.

Na expressão artística, temas como a fertilidade da mulher e a fecundidade dos campos são frequentes e quase que indissociáveis, “estabelecendo a relação entre a abundância de alimento e a multiplicação da prole, um fator concreto em sociedades agrárias”. Trata-se de “um conjunto de ideias sobre a existência concebida visando ao equilíbrio e a perpetuação biológica e espiritual do grupo social” (Salum, 2005). O núcleo principal, especial e permanente de uma sociedade, segundo Van Gennep (2011, p. 58), é o casamento validado pelo nascimento de uma criança, resultando em extenso alcance individual e social.

A ideia de que a bênção inclui filhos existe em algumas passagens bíblicas, como a de êxodo 23.26: “Em sua terra nenhuma grávida perderá o filho, nem haverá mulher estéril”. Outro exemplo está em Deuteronômio 7.14: “Vocês serão mais abençoados do que qualquer outro povo! Nenhum dos seus homens ou mulheres será estéril, nem mesmo os animais do seu rebanho”. Vale salientar que

a história de Deus com seu povo aconteceu em contextos culturais que valorizavam a procriação.

No plano filosófico, de acordo com Salum (2005), é possível assinalar um aspecto que dá unidade aos povos da África tradicional: “o indivíduo é considerado vivo porque tem um ascendente (é filho, neto de alguém)”, e a perspectiva “de seu descendente” lhe garante a finalidade e memória de sua vida e existência. Portanto, segundo a autora, se a noção de morte está concretamente ligada à de vida, “morrer significa não procriar. Sem filhos, a linhagem familiar se extingue - vida e morte não são apenas biológicas, mas sociais principalmente”. Desse modo, “[...] o exercício da existência volta-se para questões que vão além do poder econômico”.

Assim, a fertilidade para o povo africano tem um considerável alcance social e é imprescindível para justificar a existência de um homem ou de uma mulher, os quais se tornam responsáveis por cumprir essa exigência. Ao se refletir sobre essa exigência social quanto à fertilidade, evidenciam-se as problemáticas do casamento infértil, especialmente para a mulher.

3 A problemática social da infertilidade

Uma dificuldade a ser enfrentada por um jovem casal africano se relaciona à infertilidade, ou seja, a possibilidade de um casamento sem filhos. A infertilidade humana está relacionada na presente pesquisa com as representações: “manutenção do casamento”; “devolução do valor do dote”; “poligamia”; “desprezo”; “cobrança por filhos”; “restrição econômica”; “morte geracional”; “infrutífera”; “cerimônia com sacrifícios”; “mulher amaldiçoada”; “sentimento de culpa”; “menosprezo”.

A questão econômica deficitária por conta da falta de mão de obra infantil é considerada uma problemática social da infertilidade apontada pela análise das entrevistas com missionárias e pessoas nativas desse estudo. Pois, de acordo com um homem de etnia *Quimbundo*, “os filhos vão aumentar o número de pessoas na aldeia para trabalhar, caçar, pescar” (N6, angolano).

De acordo com outro angolano de etnia, *Macongo*, a mulher costuma “ser

cobrada” (N7) sobre a gravidez pela família do noivo em três meses após o casamento, estando sujeita a ser devolvida, caso o noivo não enfrente os pais contrariando o procedimento habitual. Se apresenta aí outro problema social da infertilidade, a devolução da mulher implicando no rompimento da aliança de cooperação entre os clãs. Além disso, mesmo se o casal não quiser se separar, encontra dificuldades no convívio com a família expandida pela exigência da separação do casal, implicando em tratamento hostil para com a mulher. A manutenção do casamento infértil, se desejado pelo casal, pode significar um rompimento com a família de origem, complicando-se em culturas africanas por serem justamente os arranjos familiares que fortalecem os grupos étnicos.

Mas, a família do noivo não mede esforços para anular o casamento em caso de infertilidade. “A mulher tem que ir [embora], tem que ir [...] porque não está a produzir” (N2, angolano). Em alguns casos, na etnia *Macongo*, se a mulher infértil desejar ficar com o marido, ela precisa permitir ao homem ter uma segunda esposa para gerar filhos (N7, angolano). Assim, mais uma problemática se evidencia. É a indução à poligamia, nem sempre considerada harmoniosa entre as rivais. Ademais, para a guineense N10, é normal, na etnia *Pepel* fazerem cerimônias com sacrifícios de sangue para poderem ter filhos. Sobretudo, a mulher estéril não tem bênção, e nem salvação por não colaborar com a perpetuação da família. Ela é considerada uma maldição na etnia *Macongo* (N7, angolano). Dessa forma, é excluída da bênção da vida eterna, o que também se configura num problema social e espiritual. Nas etnias *Pepel* e *Macongo* a questão espiritual da infertilidade é evidente, mesmo estando em dois países diferentes, Guiné-bissau e Angola.

Outra problemática social da infertilidade que aparece na etnia *Macongo* e outras é a questão também econômica referente à devolução do valor do dote. Através dele, a família é beneficiada quando possui uma filha, mas, ao mesmo tempo, a esposa é pressionada a ter filhos. O sogro ou a sogra costumam dizer ao pai da nora: “Guarda [o dinheiro do dote] até que vossa filha tenha um filho”. Em alguns povos os pais só recebem o dote após a procriação do casal (N7, angolano). Além do mais, a pressão e manipulação de familiares sobre o homem ou à mulher infértil provocam sentimento de culpa, o qual também se apresenta como uma

problemática da infertilidade para a mulher, de acordo com um homem da etnia *Tchoque*.

E eu lembro que a avó falava assim [...] é melhor ter o filho enquanto eu ainda não morri. [...] se a avó morrer e não ver o neto, então eu levo uma parcela da culpa, um sentimento de culpa. Então as pessoas carregam isso. Faz parte desse valor das tribos (N4, angolano).

Por último, mas não menos importante por significar um forte reflexo das demais problemáticas levantadas, emerge a problemática social da dignidade própria e autoestima da mulher, principalmente em situação de poligamia. Torna-se humilhação para a infértil porque as próprias rivais se engrandecem às custas da “limitação” dela, observado por um homem de etnia *Chuambo*.

Os vizinhos zombam da pessoa. É algo mesmo muito mal. A mulher se sente mal. É por isso que muitas pessoas vão para os feiticeiros. Vão para os curandeiros [...] para tentar ter filho. Porque, se você é casado e não tem filho, aí o povo menospreza você (N12, moçambicano).

Vale lembrar do aspecto econômico relacionado às crenças espirituais sobre a fecundidade da mulher e sua influência na fecundidade do solo a ser cultivado. Lévy-Bruhl alertou sobre a “verdadeira calamidade” no sentido econômico e espiritual de uma esposa estéril em muitas sociedades.

A plantação de um homem que tenha uma mulher infecunda é ameaçada de nada produzir: é preciso, portanto, que ele se divorcie dela. [...] Esta, desesperada com sua esterilidade, acredita que só poderá se curar suplicando aos ancestrais e às potências invisíveis que se lhe tornem favoráveis, e multiplica ofertas e sacrifícios (Lévy-Bruhl, 2008, p. 446)

A questão espiritual é presente e representativa para os povos africanos. Dessa forma, atribuir aos espíritos os alvos não alcançados faz parte de sua dinâmica. Segundo Van der Leeuw (1956, p. 517), a observância dos poderes da vida, dos tabus, das purificações, das obrigações culturais e demais demandas do poder sobre a vida constituem o hábito ou costume que estrutura o comportamento do povo. Por natureza, o costume é religioso, pois é a manifestação do temor, do medo diante do sobrenatural.

Com respeito à opção pela poligamia, vale considerar não ser somente para o caso de infertilidade da primeira esposa. Depende também da ambição do homem, por ser economicamente rentável, uma vez que as mulheres são as

encarregadas da produção agrícola (Djaló, 2013, p. 26). Dessa forma, não se garante que a fertilidade descarte a possibilidade da poligamia.

Trindade e Enumo (2002, p. 153) investigam as representações sociais da infertilidade feminina sob uma concepção de maternidade socialmente construída. Apesar do avanço do conhecimento médico em muitos países nas concepções e práticas relacionadas à infertilidade, “a condição de infértil tem se constituído em um anátema para as mulheres, atravessando séculos de história e rompendo limites geográficos e culturais”. Nesse sentido, “o que se vê é a manutenção de uma representação social da infertilidade, que implica em depreciação e estigmatização da mulher [...]” (Trindade; Enumo, 2002).

Segundo Costa *et al* (2016), “a infertilidade acomete entre 8 a 12% dos casais da população mundial e nos países pobres atinge até 30%”. Além disso, um dado curioso para Costa *et al*, é de que “a violência sexual tem relação com a infertilidade feminina, e começam a surgir evidências de que a infertilidade também seja causa de violência em alguns países”. E não descartam a hipótese de um possível ciclo vicioso: “a violência causa infertilidade e, esta, causa a violência”. Para Trindade e Enumo (2002, p. 179), outras possibilidades não são visualizadas, tanto em relação a “outras maternidades” como na “não maternidade”. Isso contribui para que “a condição de infértil se apresente como uma transgressão das prescrições e expectativas socialmente impostas”, segundo pesquisa realizada em 2001 no Brasil.

Algumas problemáticas da infertilidade destacadas nesse estudo foram: A questão econômica deficitária por conta da falta de mão de obra infantil; a devolução da mulher e do valor do dote; o tratamento hostil para com a mulher; a indução à poligamia, nem sempre considerada harmoniosa; a exclusão da bênção da vida eterna; o sentimento de culpa; a afetação negativa na dignidade e autoestima da mulher pela zombaria e humilhação. Essas problemáticas acarretam sofrimento para mulheres inférteis, demandando respostas teológicas de cuidado pastoral para buscar melhorar a qualidade de vida dessas mulheres e seu senso de significado.

4 A representação psicológica da mulher infértil

Nesse estudo, as representações associadas à mulher infértil, passíveis de afetamento psicológico, destacadas das entrevistas são: “problemática, infrutífera, amaldiçoada, indigna, desprezada, humilhada, desrespeitada, frustrada, anulada, provérbio, ditos populares, piadas, amargura, fraqueza, inútil, infeliz, invejosa.” E se relacionam à identidade, autoestima, dignidade, sentido na vida.

Para o angolano N7, “quem não tem filho é considerado fraco. Não é homem, não é mulher”. Essa é considerada aquela que funda a família. Se ela “não tem filho, não é nada”. Não vai ser feliz. “Isso é uma coisa séria”, afirma ele. Um guineense entrevistado de etnia *Pepel* explicitou o que acontece com a mulher infértil em seu convívio no cotidiano por não atender as expectativas ou até mesmo exigências da sociedade.

[...] não pode ficar sem ter filho [...] não vai ter respeito nunca [...], toda a comunidade vai desrespeitá-la [...]. Uhhhh, se você não tem filho é [...] muito feio, muito feio [...] você não é nada, nada. [...] Um marido que tem duas mulheres, ou três mulheres... se você não tem filho e as outras tem filho, isso vai virar um provérbio, um dito para você. [...] Se você brigar com elas, a coisa fica feia do teu lado. Porque elas vão falar todas as coisas desse mundo a respeito de você. Você não é nada. Você é uma vaca “cebada”. [...] Fica se engordando. [...] Você não vai aguentar. Há outras que acabam abandonando o marido (N8, Guineense).

A mulher infértil nessas culturas não tem sentido de existir e nem significado. Na África ela “tem o valor de dar filhos”. Ela “nasce, cresce e depois ela sabe [...] o que ela tem que fazer. Tem que estar com alguém para dar filhos e para ser valorizada” (Ms 18, Moçambique). “Se você não tem filho, você não produz. Se você não produz, você é uma pessoa inútil” (Ms11, Moçambique). O tratamento depreciativo e desmoralizador reforça o estigma da mulher infértil em culturas africanas e até mesmo em sua própria família de origem. A guineense N10, confirma ser muito triste não ter filhos na etnia *Pepel*. “Na família mesmo da mulher, vão fazer piadas. Vão falar para o homem: separa dessa mulher. Ela não dá filho”. E muitas mulheres vivem “amargamente” por causa disso, diz o moçambicano de etnia N12. Se não conseguem ficam frustradas (Ms23, Moçambique).

Diversas representações psicológicas da mulher infértil afetam o senso de dignidade e autoestima quando ela é ridicularizada pelas rivais e familiares. Frustram o senso de valor quando depreciada e acusada de estar acabando com a família, redundando em sentimento de culpa para a mulher.

Cezne (2009, p. 78) percebeu o quanto a situação de infertilidade “acarreta sofrimento e desgaste às mulheres que ambicionam ter um filho, especialmente frente ao estigma social”. Metáforas depreciativas também foram destacadas na pesquisa de Trindade e Enumo (2002, p. 175) no Brasil: “tronco oco; árvore sem frutos; árvore seca; terra árida; entre outras, além de evocações “incompleta e pessoa inferior”. Essas representações comprovam a permanência do estigma da infertilidade feminina no pensamento social.

A pesquisa de Luna (2007, p. 70) apontou um rol de sentimentos negativos entre suas entrevistadas: “vergonha, fragilidade, frustração, inferioridade, incapacidade de gerar, baixa autoestima, culpa”. De acordo com Trindade e Enumo (2002, p. 171), “triste e incompleta: é assim que se sentem as mulheres impedidas de viver o que os dados apontam como a realização feminina: a glória da maternidade”. Além de se sentirem “pressionadas, solitárias, frustradas e inferiores”, e poucas percebem “a situação como não problemática”. Segundo as autoras, tanto o exercício da maternidade, como o exercício da paternidade são socialmente aprendidos. Spotorno (2005, p. 14) concorda que a noção da procriação gera sentimentos “de fracasso, baixa autoestima, autodesvalorização, vergonha, humilhação, inferioridade, inutilidade e muita frustração”, no caso da infertilidade.

Percebe-se, desta forma, que o afetamento psicológico de mulheres inférteis não se restringe aos países africanos, pois as representações de mulheres brasileiras se assemelham às das africanas no quesito infertilidade. Além disso, para Luna (2007), a infertilidade não é considerada um mero problema clínico, mas sim uma condição estigmatizante, “além de se constituir em drama para a maior parte das mulheres envolvidas”, também pelo caráter obrigatório de realizar a identidade feminina. E inclui a dimensão moral da pessoa, complementa a autora.

Em Angola já existe a possibilidade de obter reprodução assistida. Numa reportagem da Agência Angola Press (2014) é apontado o argumento de que esses serviços vão ajudar “a aumentar o crescimento demográfico e, conseqüentemente, o desenvolvimento de Angola”. Assim, fica evidente que o discurso utilizado por essa mídia reforça a pressão sobre homens e mulheres inférteis. Eles devem gerar filhos a qualquer custo para o desenvolvimento da sociedade, diferente dos discursos das pesquisas apontadas com mulheres brasileiras onde, para muitas, é pela construção da ideia de realização feminina pela maternidade.

Numa pesquisa no Brasil sobre as motivações de busca de mulheres brasileiras por tratamento médico para engravidar, mostrou que a percepção feminina das mulheres que têm filho em comparação com as que não têm, deixa claro atributos da identidade feminina relacionados aos valores morais e às posições e do masculino no contexto social. Os relatos de constrangimentos foram recorrentes no ato da entrevista com relação às experiências relatadas de situações vividas em Interação com outras mulheres que já têm filhos, que estão grávidas ou que se encontram-se com crianças recém-nascidas no colo. Para elas era como mexer numa ferida em decorrência da ênfase que se dá na dimensão reprodutiva do corpo torna-se marca distintiva e reveladora da Identidade feminina (Vargas, 1999). Isso demonstra o quanto esta marca da identidade feminina e do seu valor como mulher também está presente em sociedades como as brasileiras, não se restringindo às africanas e outras.

A experiência da maternidade em seu significado psicológico é influenciada pelo valor, reconhecimento e prestígio colocados pela sociedade, por ser a mulher condicionada desde a infância, para o seu “futuro papel social de mãe e todo o seu desenvolvimento é norteado por esse condicionamento, mesmo que ela nunca chegue a ser mãe” (Spotorno, 2005, p. 8).

Ao considerar diversos estudos a apontarem a necessidade de acompanhamento psicológico preventivo e de intervenções específicas para crises psicológicas e emocionais em mulheres inférteis, Cezne (2009, p. 77) reforçou a urgência de pensar sobre essas possibilidades. Para a autora, a psicoterapia seria “um instrumento para se trabalhar com as vivências reais deste processo”.

Langberg e Clinton (2013, p. 235) orientam a buscar ajuda para expressar emoções como raiva, confusão, estresse, frustração, tristeza, dor e perda. “É importante expressar essas emoções, ou elas começam a formar raiz de amargura capaz de destruir o relacionamento conjugal”. Para isso recomendam aconselhamento, grupos de apoio, além de considerar outras possibilidades.

Portanto, a psicoterapia se apresenta como um recurso essencial para muitas mulheres inférteis tratarem de suas repercussões psíquicas. Por ser a privação de filhos considerada uma perda, a elaboração do luto pode ser viável para as africanas lidarem assertivamente com a infertilidade no sentido de aumentar seu poder de resiliência no enfrentamento das exigências sociais, como também resgatar sua dignidade e autoestima. E assim, podem buscar energia para ressignificar sua vida com outras produções de forma também realizadora e prazerosa, incluindo a não maternidade.

5 As implicações e aplicações para a teologia

Ao se deparar com apelos como o da moçambicana procurando uma missionária com sua demanda quando diz: “Faz uma oração para mim? Porque eu não consigo conceber” (Ms 21, Moçambique), provoca-se o fazer teológico em busca de respostas bíblicas. Ou, como é possível agir em casos onde a mulher tem vergonha e medo de comentar sobre sua gravidez, pois a infértil pode fazer feitiço para ela perder o bebê, segundo o relato da mesma missionária? Além disso, em culturas africanas, uma mulher estéril é vista como “sem bênção e sem salvação” por não ter condições de perpetuar a família, ou seja, ela “é uma maldição” como afirmou um participante guineense o qual observa em sua cultura *Pepel* (N8).

O ensino bíblico adequado precisa atuar quando os textos tomados fora de contexto são utilizados sem reflexão, como ilustra a pesquisa de Luna (2007, p. 69) entre as mulheres brasileiras. Uma delas relata que o sogro, “para lhe mostrar sua condição de estéril, leu o texto bíblico no Evangelho de Mateus 21.18-20, em que Jesus amaldiçoa a figueira sem frutos: “Nunca mais nasça fruto de ti, e a árvore seca”. Nesse caso, a Bíblia foi utilizada no sentido de comprovar a maldição proveniente da infertilidade da mulher. Entretanto, o versículo seguinte deixa claro que Jesus está falando do alcance da fé e não sobre a infertilidade feminina.

"Eu lhes asseguro que, se vocês tiverem fé e não duvidarem, poderão fazer não somente o que foi feito à figueira, mas também dizer a este monte: 'Levante-se e atire-se no mar', e assim será feito" (Mt 21.21).

Além disso, Salmos 107. 33,34 apresenta uma explicação para a terra infértil: "[Deus] transforma os rios em deserto e as fontes em terra seca, faz da terra fértil um solo estéril, por causa da maldade dos seus moradores". É um contraponto quando se atribui à mulher infértil a baixa produtividade do solo. Assim, é necessário questionar e reorientar todas as narrativas estigmatizantes, inclusive as de cunho bíblico. "Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará", disse Jesus (Jo 8.32). É o primeiro passo para trabalhar com o sofrimento dessas mulheres, ou seja, ajudar a questionar e reescrever as narrativas correntes.

O relato bíblico de 1Samuel 1 menciona o drama de Ana, continuamente provocada pela sua rival Penina, por ser estéril tal como acontece ainda hoje na África. A teóloga africana Weanzana relata que Ana vivia em uma cultura onde o nascimento da criança "salva a mãe da vergonha e da injúria" e faz alusão à sua atitude e motivação como modelo a ser seguido por mulheres na mesma condição.

Ana poderia ter reagido às provocações de Penina com a mesma atitude de hostilidade [...] ao contrário, orou com mais fervor ao Senhor (1.10). [...] Ana enxergava a si mesma como serva de Deus [...]. Não buscou ter filhos por motivos egoístas, para satisfazer seu desejo [...] (Weanzana, 2010, p. 331).

A atitude de Ana para com a rival ao não revidar é destacada pela autora. No entanto, diz o texto bíblico que ela chorava e não comia quando era provocada (1Sm 1.7). Seu marido a amava. Notou sua tristeza e lhe perguntou: "Não sou melhor para você do que dez filhos?" (1Sm 1.8). A iniciativa do marido fornece uma pista de um lugar seguro de amor, afeto, acolhimento e aceitação para com a mulher infértil. São ensinamentos para mulheres inférteis como também para maridos e pessoas que convivem com essas mulheres, especialmente as que abraçam a fé cristã e procuram viver o mandamento anunciado por Jesus de amar ao próximo como a si mesmo (Mc 12.33). No entanto, a aceitação do marido não foi suficiente. Ela mesma em oração faz um voto a Deus dedicando seu filho primogênito para os serviços do templo caso conseguisse conceber. Não se sabe se foi por despreendimento ou para buscar o favor de Deus em prol de sua condição

humilhante (1 Sm 1.11). Mas o fato é que ela honrou sua promessa entregando seu filho Samuel ao sacerdote logo que foi desmamado (1Sm 1.22). Depois disso, teve mais filhos.

Em outros relatos no Antigo Testamento são destacados os dramas de mulheres inférteis como Sara (Gn 16.1), esposa de Abraão, Rebeca (Gn 25.21), esposa de Isaque e Raquel (Gn 29.31), esposa de Jacó, representando três gerações da mesma linhagem de patriarcas. Deus prometeu numerosa descendência a partir de Abrão, e o milagre da procriação dessas três mulheres faz parte desse projeto anunciado de antemão.

No Novo Testamento há duas referências a respeito de mulher infértil. Uma se refere à Isabel, mãe de João Batista. Deus tinha um propósito específico. Fez o milagre anunciado a Maria pelo anjo: “Também Isabel, sua parenta, terá um filho na velhice; aquela que diziam ser estéril já está em seu sexto mês de gestação” (Lu 1.36). A outra menção de mulher estéril no Novo Testamento em Gálatas 4.27 se refere a um texto profético do livro de Isaías (54.1) do Antigo Testamento. “Regozije-se, ó estéril, você que nunca teve um filho; grite de alegria, você que nunca esteve em trabalho de parto; porque mais são os filhos da mulher abandonada do que os daquela que tem marido”. Comentaristas bíblicos acreditam ser um modo figurativo de se referir ao povo de Israel.

A conexão entre Isaías 54.1 e Gênesis 21.2 onde Sara dá a luz em sua velhice era natural para alguns mestres judeus: “o trabalho de parto de Sara representava o parto de seus descendentes, após o sofrimento do cativo, dando à luz à Israel e Jerusalém restaurados” (Keener, 2004, p. 552). Segundo Meiklejohn, uma esposa que não gerava filhos, “sempre foi considerado no oriente não apenas um motivo de lamentação, mas como um opróbrio que podia levar ao divórcio”.

Esse é o motivo do riso de desespero de Sara (Gn 18.12), da oração silenciosa de Ana (Sm 1.10ss), da alternativa apaixonada de Raquel, que queria filhos ou morrer (Gn 30.1), e do grito de Isabel, quando Deus tirou-lhe o seu opróbrio (Lc 1.25). O horror do julgamento vindouro contra Israel é frisado pela incrível declaração: “Bem aventuradas as estéreis ...” (Lc 23.29) (Meiklejohn, 1979, p. 554).

Se o sofrimento faz parte da humanidade enquanto finita é necessário dar atenção às teologias atuais em sua forma de lidar com esse sofrimento, para que

elas sejam relevantes no sentido de minimizar as consequências do sofrimento e não sobrecarregar com culpa fora de lugar e de propósito as pessoas (AUGUST, 2015, p. 17). Resgatar a mensagem bíblica em seu contexto original se torna urgente. E o contexto bíblico do drama da infertilidade humana se identifica com a realidade dos povos africanos. Nesse sentido, a Bíblia em geral, especialmente o Novo Testamento tende a valorizar a pessoa como ser humano criado à imagem e semelhança de Deus, independentemente da condição de fertilidade. Pois, a infertilidade involuntária também procede de Deus. Além disso, Deus não faz acepção de pessoas (Gl 3.28).

Conclusão

A teologia cristã, ao compreender as culturas de povos africanos e os focos de sofrimento decorrentes delas, tem condições de equipar intelectualmente pelo ensino das escrituras e emocionalmente pelo aconselhamento pastoral cristão, ressalvadas as situações de traumas e patologias decorrentes do constrangimento cujo papel cabe à psicologia. Como possibilidade de aceitação e acolhimento às mulheres inférteis, é possível ajudar a ressignificar o seu papel social. É importante resgatar o papel da fé na aproximação em oração humilde pelo milagre, quando for da vontade e propósito de Deus, enquanto a esperança da concepção ainda garante sentido e alegria na espera de seu cumprimento. Nesse aproximar-se de Deus em oração, há condições de ir ressignificando sua vida de modo que a maternidade não seja vista como a única opção.

Enfim, o cuidado pastoral pode ajudar a mulher infértil ressignificar suas narrativas e as das pessoas que convivem com ela, quando se atribui o valor da mulher à fertilidade, ou é considerada amaldiçoada enquanto as boas novas do evangelho não mencionam isso. Ela pode ser ajudada a processar seu luto pela perda da oportunidade de procriar e buscar novo significado de vida em outras maternidades ou na não maternidade, quando já esgotaram suas possibilidades.

Como o tema tratado neste estudo emergiu da pesquisa sobre o valor do casamento em culturas africanas, este estudo reconhece suas limitações no sentido de que mulheres inférteis propriamente ditas não foram entrevistadas, recomendando-se como sugestão para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

- ABU-LUGHOD, Lila. **As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação?**: reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus outros. Revista Estudos Feministas, ago. 2012, vol.20, no.2, p. 451-470.
- AGÊNCIA ANGOLA PRESS – ANGOP. **Clínica Santo António**: Reprodução assistida já disponível no país. 2014. Disponível em: http://www.angop.ao/angola_pt_pt/noticias/publireportagem/2014/11/52/Clínica-Santo-Antonio-Reproducao-assistida-disponivel-pais,33b8c708-8bb8-41cb-b070-e51b9dbb3d50.html. Acesso em: 1 abr. 2020.
- AUGUST, M. E. M. **Pessoas adultas não casadas e práticas teológicas contemporâneas de reorientação da vida analisadas sob o texto bíblico de Jó**. I Congresso Lusófono de Ciências das religiões. Anais...Lisboa: 2015. Disponível em: <http://cienciasdasreligoes.ulusofona.pt/i-congresso-lusofono-de-ciencia-das-religoes-de-2015/>. Acesso em: 1 dez. 2016.
- AUGUST, M. E. M. **Missionárias evangélicas brasileiras**: conjugalidade, fé e experiência enquanto solteiras em culturas africanas. Tese (Doutorado em Teologia) - Programa de pós-graduação em Teologia PUCPR. 208f—Curitiba: PUCPR, 2018.
- CEZNE, G. O. M. **“Em busca de um sonho”**: a maternidade para mulheres em situação de infertilidade. Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. 128 f—São Leopoldo: UNISINOS, 2009.
- COSTA, C. M. DE V. et al. **Infertilidade**: causa ou consequência da violência? Revista Médica Minas Gerais, v. 26, n. 8, p. 355–361, 2016.
- CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa** – escolhendo entre cinco abordagens. Tradução: Sandra Malmann Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. **Psicologia das relações interpessoais**. Vivências para o trabalho em grupo. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- DJALÓ, T. **O Mestiço e o poder**. Identidades, dominações e resistências na Guiné. 2. Ed. Lisboa: Nova Veja, 2013.
- ELÍADE, M. **O sagrado e o profano**. Tradução: Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- HUSSERL, E. **Investigações lógicas**: Sexta investigação (elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento). In: Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1975.
- KÄSER, L. **Diferentes culturas**. Uma introdução à etnologia. Tradução: George Albert Fuchs. Londrina: Descoberta, 2004.
- KEENER, C. S. **Comentário bíblico atos** – Novo Testamento. Tradução: José Gabriel Said. Belo Horizonte: Atos, 2004.
- LANGBERG, D.; CLINTON, T. **Guia prático para o aconselhamento de mulheres**. Curitiba: Esperança, 2013.
- LÉVY-BRUHL, L. **A mentalidade primitiva**. Tradução: Ivo Storniolo. São Paulo:

Paulus, 2008.

LUNA, N. **Provetas e Clones: Uma Antropologia das Novas Tecnologias Reprodutivas**. Rio de Janeiro; São Paulo: Fiocruz, 2007.

MEIKLEJOHN, J. W. Esterilidade. *in*: J. D. Douglas, Ed. **O novo Dicionário da Bíblia**. São Paulo: Vida Nova, 1979.

MOUSTAKAS, C. **Phenomenological research methods**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1994.

SALUM, M. H. L. África: culturas e sociedades. **in Arte africana**, 2005. Disponível em: www.arteafricana.usp.br/codigos/textos_didaticos/002/africa_culturas_e_sociedades.html. Acesso em: 1 abr. 2020.

SPOTORNO, P. M. **Expectativas e sentimentos de mulheres em situação de reprodução medicamente assistida**. 2005. Dissertação (Mestrado em psicologia). Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 88f—Porto Alegre: UFRGS, 2005.

TRINDADE, Z. A.; ENUMO, S. R. F. **Triste e incompleta: uma visão feminina da mulher infértil**. *Psicol. USP*, v. 13, n. 2, p. 151–182, 2002.

VAN DER LEEUW, G. **Phänomenologie der Religion**. Tübingen: H. Laup Jr, 1956.

VAN GENNEP, A. **Os ritos de passagem**. Coleção Antropologia. Tradução: Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2011.

VARGAS, E. P. **A Figueira do Inferno: os reveses da identidade feminina**. *Revista Estudos Feministas*, UFSC/Santa Catarina, v. 7, 1999.

WEANZANA, N. Comentário 1 e 2 Samuel. *In*: ADEYEMO, T. (Ed.) **Comentário bíblico africano**. São Paulo: Mundo Cristão, 2010.